

ATA DA CENTÉSIMA VIGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DA
TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA
LEGISLATURA, EM 12-12-2019.

Aos doze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezenove, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Reginaldo Pujol e Ricardo Gomes. Constatada a existência de quórum, a Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Airto Ferronato, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Dr. Goulart, Eng^o Comassetto, Felipe Camozzato, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Roberto Robaina e Valter Nagelstein. A seguir, a Presidente concedeu a palavra, em TRIBUNA POPULAR, a Luciano Barros Zini, do Sindicato dos Servidores de Nível Superior do Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Sul, que se pronunciou acerca de projetos propostos pelo Governador do Estado e o impacto que esses projetos poderão gerar em Porto Alegre. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Airto Ferronato, Cláudia Araújo, Roberto Robaina e Márcio Bins Ely. Em continuidade, nos termos do artigo 206 do Regimento, Adeli Sell, Mauro Zacher, Comandante Nádia, Prof. Alex Fraga, Cláudio Conceição, Paulinho Motorista e Aldacir Oliboni manifestaram-se acerca do assunto tratado em Tribuna Popular. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e seis minutos às quinze horas e oito minutos. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Mônica Leal, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente sessão. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram, em 1^a sessão, os Projetos de Lei do Legislativo n^{os} 114/18 e 194/19. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Adeli Sell e Moisés Barboza. Às quinze horas e vinte e um minutos, em função de deliberação do Colégio de Líderes, a Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a sessão extraordinária a ser realizada a seguir. Os trabalhos foram presididos por Reginaldo Pujol e Mônica Leal e secretariados por Alvoni Medina. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1^o Secretário e pela Presidente.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Passamos à

TRIBUNA POPULAR

A Tribuna Popular de hoje terá a presença do Sindicato dos Servidores de Nível Superior do Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Sul – Sintergs, que tratará de assunto relativo ao pacote de projetos proposto pelo governo de Eduardo Leite e o impacto que poderá gerar em Porto Alegre, que possui mais de 100 mil

servidores, entre ativos e inativos dos três Poderes e das demais instituições independentes, como Ministério Público e Defensoria Pública. O Sr. Luciano Barros Zini está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos.

SR. LUCIANO BARROS ZINI: Boa tarde a todos. Eu gostaria de agradecer por esta oportunidade à Câmara de Vereadores de Porto Alegre, especialmente ao sindicato que eu represento, o Sintergs, e também à bancada do PDT, que não mediu esforços para conseguir este espaço hoje.

Eu vou falar a respeito do pacote do governo Eduardo Leite e impactos na capital. A minha fala está estruturada em apontar o que é o pacote, mostrar a questão dos impactos que haverá na segurança pública, na educação, na saúde, fazer um paralelo entre os dados do estado e os dados da capital, e os principais impactos para nossa categoria, como insalubridade, congelamento de salários, aumento de contribuição da previdência; também falar de alternativas que não sejam a retirada de salários dos servidores públicos, como recuperação de R\$ 40 bilhões e aumento da arrecadação em R\$ 17,37 bilhões. Além disso, falar sobre os impactos do pacote do governo Eduardo Leite em relação à política do Rio Grande do Sul.

(Procede-se apresentação em PowerPoint.)

SR. LUCIANO BARROS ZINI: O pacote é composto por oito propostas. Uma proposta à Constituição do Estado, que deve tramitar em 45 dias e ser votada em dois turnos, precisa de 3/5, ou seja, 33 votos; um PL, que é o estatuto do magistério; e seis PLCs. Todos tramitam em regime de urgência, com uma reforma dessa proporção, dessa profundidade, sem tempo para a discussão e o debate que precisariam. O prazo de todos eles encerra-se e serão votados na semana que vem, eles precisam de maioria absoluta, ou seja, 28 votos. Os que mais atingem a nossa categoria é a previdência civil, o estatuto dos servidores públicos, além da Constituição. Os outros constituem previdência militar, estatuto dos militares, IGP e aposentadoria especial ao policial civil e aos agentes penitenciários. Ele já parte de um vício de origem capaz de ser anulado na justiça, porque os PLs, se forem aprovados antes da Constituição, serão inconstitucionais. Então a gente está perdendo tempo, o pacote vai ser anulado na justiça.

Os objetivos do pacote: contenção das despesas com pessoal, reforma da previdência, modernização da gestão de RH. Em Porto Alegre, nós somos mais de 1,5 milhão de pessoas, sendo que mais de 100 mil são servidores públicos distribuídos entre os três Poderes, além dos órgãos independentes.

Segurança pública: em 2007, nós tivemos 2.199 homicídios no Rio Grande do Sul; em 2017, esse número subiu para 3.316 – aumento de 151%. Na capital, em 2007, foram 501 homicídios; em 2017, subiu para 664 – um aumento de 132%. Crimes violentos chocam os porto-alegrense nos últimos tempos. Mãe é assassinada na frente de escola particular; médica é assassinada no semáforo; aluno é esfaqueado na fila do restaurante universitário da nossa Universidade Federal; homem é assassinado no

aeroporto. Nesse contexto, 13 mil pessoas participaram de ato representado por categorias dos militares e bombeiros no dia 5 de dezembro. Polícia Civil deliberou pela deflagração de greve no dia 10 de dezembro.

Quais podem ser os impactos na capital? Na educação, Porto Alegre possui 257 estabelecimentos estaduais de ensino. São 5.292 professores, 112.773 alunos matriculados na rede pública estadual só em Porto Alegre. E, na minha área, a saúde, no Rio Grande do Sul, nós, que estamos tão invisíveis nesse pacote, porque nós somos 4 mil, enquanto segurança pública e saúde somam mais de 100 mil, temos 345 estabelecimentos hospitalares distribuídos por 253 dos 497 municípios. São 2.894 Unidades Básicas de Saúde em Porto Alegre; 28 hospitais, sendo 14 gerais, 11 especializados e 3 infantis. São 264 equipes de saúde da família e 140 Unidades de Saúde. São 3.927 servidores ativos na Secretaria Estadual da Saúde distribuídos pelas 19 coordenadorias regionais de saúde. A Emenda Constitucional nº 29 e a Lei Complementar nº 141 exigem que 12% da receita corrente líquida do Estado, independente de quanto é arrecadado, deve ser investido em saúde. Dados da resolução do Conselho Estadual de Saúde apontam que, no ano de 2018, menos de 6% foi investido. Isso significa R\$ 2,5 bilhões a menos no SUS gaúcho! Qual o impacto disso? Os hospitais do interior não se estruturam, não têm condições de atender as demandas que a população precisa, e aí eles têm que alocar para grandes centros, eles têm que vir para a capital e sobrecarrega a capital. Tem impactos aqui pelo fato de não investir esse recurso. As Secretarias Municipais de Saúde do Estado estão viradas numa logística onde só transportam pacientes ao invés de ter a resolutividade que significa tu resolveres o problema do cidadão e não estares encaminhando de um ponto a outro, que é o que tanto o brasileiro reclama das filas do SUS. Já, na agricultura, nós temos diversas solicitações desde que entramos em greve. Quarenta e dois milhões deixaram de circular desde o dia 26 de novembro; o 2,4-D, dobrou o número de denúncias no ano de 2019; a parte animal, 25% dos abates de gado foram reduzidos, 40% dos abates de ovino. No Brasil, nós temos 240 milhões de toneladas de grãos, que são comercializadas todo ano, sendo 30 milhões aqui no Rio Grande do Sul; com certeza, metade destes grãos que são produzidos são de gaúchos que foram para os outros estados e aprenderam e foram desenvolvidos e capacitados. E têm o *know-how* aqui dos nossos servidores públicos. A carne está mais cara hoje, no mercado gaúcho, por uma conjuntura internacional, porque, na China, eles tiveram que abater 25 milhões de cabeças de suínos, por uma gripe suína, das 50 milhões, que eles possuem. Então, a nossa carne está indo para China e aqui está ficando mais cara. O que pode acontecer com a agricultura do Rio Grande do Sul, com a economia do Estado e com a saúde do cidadão, precarizando os serviços públicos? Gaúchos! Impactos na nossa categoria, eu sou fiscal sanitário estadual, junto com fiscais sanitários agropecuários, a gente garante a segurança da saúde da população. (Palmas.) Querem reduzir, se for aprovado na semana que vem, 15% do nosso salário, coisa que é inconstitucional. Onde vai ficar a saúde da população e a garantia da seguridade dos processos produtivos da agricultura, a nossa economia? Querem retirar vantagens temporais que, quando a gente passa em concurso público, em primeiro lugar, está lá a regra posta e mudam as regras no meio

do jogo. Isso é o mínimo, não consegue compensar as perdas que a gente tem pela não reposição da inflação. Com relação ao aumento da contribuição da Previdência, hoje, nós já contribuimos com 14%, é a segunda maior incidência do Brasil e querem aumentar para 22%!

Vou falar agora sobre alternativas, porque não é só na carne do servidor, não é só no nosso salário que pode ser gerada economia. Desde 2015, o governo foca nas despesas e a coisa só piora. Por que não focar nas receitas? Então, eu vou propor dez alternativas para recuperar 40 bilhões e agregar receitas de 17,37 bilhões por ano. Sonegação de impostos, 40 bilhões; os CNPJs que estão apoiando este governo devem esses 40 bilhões para o Estado. Óbvio que eles querem mirar no servidor. Lei Kandir, dados do Tribunal de Contas: a gente deixa de arrecadar 3,72 bilhões por ano. A caixa-preta das isenções fiscais, 9,7 bilhões por ano. O Refis, que privilegia o mau pagador. A gente perde 500 milhões por ano em juros que eles deveriam estar pagando por aquilo que estão devendo ao Estado e ficam aguardando, no final do ano, um decreto do governador que vai eximi-los do pagamento desses juros. A nomeação de cem auditores fiscais do Tesouro do Estado, cada um com capacidade de recuperar 10 milhões a mais por ano, somando um bilhão por ano. Taxar o comércio de agrotóxicos, que hoje é isento, tem impactos no meio ambiente e na saúde, são 200 milhões por ano que se deixa de arrecadar. São 165 mil empresários isentos no Simples gaúcho. Não vamos muito longe, porque a gasolina está muito cara. Exemplo de Santa Catarina: lá não é isento, isso permitiria que a gente tivesse 300 milhões ao ano. Além disso, um modelo de negociação do ICMS, como é feito no estado do Ceará. O governo senta com os empresários e negocia: “Precisamos de tanto de arrecadação. Se vocês arrecadarem mais, a gente baixa o percentual do ICMS; se vocês arrecadarem menos, a gente aumenta o ICMS”. Isso tem um potencial de 450 milhões por ano. A penúltima: um programa do produto gaúcho para fomentar a cadeia de produção, um bilhão ao ano. Hoje a gente continua sendo uma colônia, que exporta os produtos de matéria-prima sem agregar valor, sem fazer uma indústria produtiva aqui...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

SR. LUCIANO BARROS ZINI: ...E a última: as transferências voluntárias da União, que, por meio de convênios, nós, do Rio Grande do Sul, em 2019, estamos em último lugar entre os estados em termos de novas arrecadações por falta de projetos. O governo deveria estar investindo essa energia política para cobrar da União os repasses que a gente, historicamente, vem perdendo.

Sobre o pacote, quero falar um pouco sobre a área técnica do governo: um procurador-geral que encabeça remuneração extra de R\$ 6,9 mil de honorários de sucumbência para 585 procuradores, que já ganham mais de R\$ 30 mil. Uma secretária do planejamento anunciada pela mídia gaúcha como técnica, quando, na verdade, ela é filiada ao PSB do Distrito Federal desde 2010, é suplente de senadora, da Leila, do

vôlei, e ganha mais de R\$ 40 mil, que são pagos pelo Rio Grande do Sul. Ela tem que devolver porque...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

SR. LUCIANO BARROS ZINI: ...ela ganha mais do que o teto do STF e precisa devolver o dinheiro. Que moral ela tem para propor uma reforma do Estado? Além disso, um secretário da fazenda, do Rio de Janeiro – muito bem que está o Rio de Janeiro – vem para cá resolver as finanças do Rio Grande do Sul! Os deputados, que são os legítimos eleitos pelo povo, é que têm que defender esse pacote, que é indefensável e vão ter que arcar com os impactos políticos. A gente sabe, dos bastidores, que isso não foi dialogado com a base do governo, e que foi enfiado goela abaixo. As consequências políticas virão em 2020 para os partidos políticos da base do governo, nas eleições que se aproximam, para prefeito e vereadores. Foram 1,8 mil vereadores que assinaram a moção do lado do servidor, e contrários ao pacote do governo de Eduardo Leite, em mais de 400 municípios, representando 79% da população. E vocês, vereadores de Porto Alegre, ao aprovarem essa moção, sobe para 92% da população. Vivemos um momento histórico, em que o Zé, da padaria, coloca uma placa no seu estabelecimento apoiando os servidores; a dona do salão de beleza, que há cinco anos acompanha o drama dos nossos professores, das nossas enfermeiras e suas famílias, com seus salários parcelados e atrasados; o barbeiro, que perde o movimento do policial, dos brigadianos, pela falta de reajuste da inflação, desde 2014. São esses CPFs, e não os CNPJs, que vão decidir os rumos das eleições de 2020. Para finalizar, se o governador justifica que R\$ 55 milhões alocados em emendas parlamentares vão retornar ao Estado, pela indução do consumo, nós também podemos afirmar que R\$ 25 bilhões, que vão tirar nosso salário, vão deixar de circular no Estado. E, em Porto Alegre, senhores vereadores, que possui um PIB de R\$ 65 bilhões, fica sujeito a ter um decréscimo de R\$ 10 bilhões, impactando na economia da Capital. Eu espero que vocês possam ter sido sensibilizados por esses dados, e que possam dialogar com os deputados...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Obrigada, Sr. Luciano, a quem convido a fazer parte da mesa dos trabalhos.

O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Minha cara Presidente Mônica, senhoras e senhores vereadores, senhoras e senhores que estão conosco nessa tarde. Essencialmente, o nosso servidor público – e eu sou servidor público há 46 anos.

(Palmas.) Concurado. Começo, primeiro, cumprimentando o nosso Zini, que esteve aqui conversando sobre o tema. Eu já disse aqui, alguns dias atrás ouvi um presidente de um sindicato de empresários dizendo no rádio que cumprimentava a coragem do governador Leite – “maravilhosas as propostas” – e pedia coragem para que os deputados estaduais votassem favoravelmente e não ouvissem as corporações. E o problema é que nós temos um conjunto de deputados estaduais no Rio Grande do Sul da extrema-direita que odeiam funcionários públicos. Isso é duríssimo. Normalmente eles são ignorantes, despreparados, não conhecem o assunto – eu conheço há 50 anos. Fui servidor federal, estadual e municipal. Aquele ilustre empresário, presidente do sindicato, disse que tinha que ter uma coragem enorme e que o projeto era a salvação, que não era para ouvir corporações, só que, quando nós votamos a atualização do IPTU aqui na Câmara, ele e a sua diretoria de empresários passaram dois meses aqui dentro dizendo que não era para votar o reajuste para eles, que eles são a expressão da maravilha nacional, não querem perder R\$ 200 mil, R\$ 300 mil. Eu ouvi de um deputado amigo meu que era para os deputados votarem favoravelmente. Sabem por quê? Porque ele não queria ver, no futuro, o seu filho – esse deputado é empresário – ter que pegar a sua empresa e levar para o outro lado do Mampituba – ele quis dizer Santa Catarina, vocês sabem. Aí eu me apavorei mais ainda. Nós, servidores públicos, somos os responsáveis pelo futuro dos filhos dos deputados e empresários. Olha que tarefa nós temos. Temos que dar mais dinheiro para eles. A reforma previdenciária da União – e aqui dava para conversar uma hora e meia – tirou R\$ 850 bilhões dos trabalhadores brasileiros, porque lá odeiam trabalhadores e servidores. A reforma do Estado agora diz que vai poupar R\$ 25 bilhões; quem vai arcar com os R\$ 25 bilhões? Nós, servidores públicos. Só! Enquanto isso – tu falaste isso, Luciano –, R\$ 2,5 bilhões por ano de incentivos fiscais para empresas bilionárias. Eu sou auditor fiscal, fui da receita federal e estadual, também conheço bastante bem. Se dá \$ 200 milhões, R\$ 300 milhões, R\$ 400 milhões para uma empresa dizer que vai conseguir 100 empregos, 200 empregos, 500 empregos. A saída do País e do Rio Grande do Sul – tu já falaste, mas vou repetir – primeiro passa pela revogação da Lei Kandir, e isso está em tramitação no Congresso Nacional, e nenhum deputado despreparado do Rio Grande do Sul conhece. Eles falam dos servidores, mas não conhecem – tem exceções sim –, sequer sabem que está tramitando lá, e uma proposta dessas geraria mais de R\$ 20 milhões de recuperação de recursos para o Rio Grande...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): ...Obrigado, minha Presidente. A sonogação campeia frouxa por aí. Terminar com benefícios fiscais, nada. E eu concordo: os nossos projetos criminosos – criminosos – que estão tramitando na Assembleia Legislativa só olham a despesa e o servidor público. Vamos olhar também a

nossa receita, porque, já foi dito aqui, temos condições de tirar o Estado da atoleira em que se encontra pela receita, e não pela despesa. Aquele abraço e obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Adeli Sell está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Ver.^a Mônica Leal, estimado Zini, nossos visitantes, uma saudação da bancada do Partido dos Trabalhadores – vereadores Sgarbossa, Oliboni, Comasseto e eu. Para nós, o documento apresentado e sua explanação são muito importantes, porque aqui nós temos problemas semelhantes. Quando se diz neste folheto que cálculos efetuados pela Secretaria da Fazenda do Estado, portanto dado oficial, revelam que foram contratados com a União, em 1998, o valor de 9,56 bilhões, já pagamos 37,11 e agora estamos devendo ainda 63 bilhões. Quem está ganhando com isso? O sistema financeiro, o rentismo, e depois, como disse o Ver. Airto Ferronato aqui, quem é o malvado da história é o servidor público. Inaceitável! Nós precisamos do serviço público de qualidade, nós precisamos de um estado que dê conta de todas as demandas e as demandas são grandes. Saúde, segurança e educação são primordiais, mas faltam professores, faltam postos de saúde, falta brigadeiro e polícia civil e para não falar do parcelamento e agora este pacote que é inaceitável.

Como aqui também entraram projetos de lei inaceitáveis. Nós estamos aqui juntos não apenas para aprovar, daqui a pouco, a moção dos colegas aqui que apresentaram uma moção específica; nós estaremos também, todos os dias em que precisarem de nós, na Praça da Matriz, nas ruas de Porto Alegre, onde for necessário, que a luta política não se faz apenas com o Parlamento, mas se faz com a mobilização popular e o sindicalismo de verdade. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Mauro Zacher está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR MAURO ZACHER (PDT): Presidente Mônica, antes de mais nada quero agradecer a V. Exa. por ter concedido esta Tribuna Popular mesmo diante de tantas votações que temos no dia de hoje, enfim, pela semana, para que nós pudéssemos oportunizar aqui, ao Luciano Zini, nosso companheiro e representante do Sintergs, falando em nome de toda a categoria dos servidores públicos do Estado. Não é novidade, Luciano, a ladainha que a gente acaba acompanhando ao longo dos anos. Surge a crise, os candidatos se apresentam com um discurso, posteriormente à sua posse mudam completamente a sua postura e os seus compromissos. É o que a gente viu nesta campanha estadual, onde o candidato Eduardo Leite, inclusive, afirma que era apenas

uma questão de fluxo de caixa o pagamento em dia dos nossos servidores. Aliás, manda o ex-governador Sartori levantar a bunda da cadeira e resolver os problemas como se fosse tão fácil. Os números que tu trazes para nós são números alarmantes que nos deixam, realmente, numa situação de que nós não podemos ter orgulho de tantas coisas que nós tivemos no passado no Rio Grande. E diante dessa crise que nós sabemos os caminhos e nós temos apontado que, realmente, abrimos esta caixa-preta das isenções que não demonstram nenhum tipo de resultado prático para o Estado, nem na garantia dos empregos.

A famosa e a grande discussão em relação à Lei Kandir – o Estado, na ponta de uma federação, luta para que possa ter competitividade com os estados ao centro e com outras indústrias – evidentemente que a gente acaba perdendo. Enfim, diante de uma série de questões que tu listaste, com as quais concordamos, quero aqui na nossa bancada dar o nosso apelo e apoio aos servidores estaduais, que diante dessa crise, realmente são os servidores que têm que ser a grande parte para a retomada do crescimento e desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul. Então, quero aqui me solidarizar, dizer que a nossa bancada apoia, queremos votar uma moção de apoio aos nossos servidores estaduais para que, quem sabe, o governador Eduardo Leite repense, rediscuta, crie uma mesa de negociação com deputados, com lideranças sindicais, para que a gente possa encontrar um caminho que realmente busque novamente o equilíbrio das finanças do Estado e permita novamente a retomada dos investimentos que tanto o nosso Rio Grande precisa. Um abraço, conte conosco.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (MDB): Boa tarde, Presidente Mônica Leal; boa tarde, Luciano, representando o Sintergs; boa tarde, colegas vereadores e público que hoje veio à Câmara de Vereadores. Eu quero dizer que, se o Estado está quebrado, que venham todos para a arena, saiam da arquibancada – todos têm que fazer a sua contribuição. Não pode o governo do Estado querer ajustar as contas, que era apenas um fluxo de caixa que estava errado, conforme o governador Eduardo Leite falava. Falo aqui em nome da Ver.^a Lourdes, da minha bancada, o MDB, bem como em nome do Ver. Cláudio Janta, do Solidariedade, que me pediu. Não pode esse fluxo de caixa apenas estar sendo resolvido com professores e os agentes da segurança pública. Que venham todos os outros atores também para discutir a questão da crise econômica do Estado, que também outros poderes possam dividir essa conta; que não seja essa conta efetivamente dividida, ou pior, sacrificando a educação, a segurança pública e a saúde, que são base para que todas as outras atividades possam acontecer. Então aqui venho trazer a nossa fala – minha, da Ver.^a Lourdes e do Ver. Janta – de que, sim, que nós não podemos aceitar que esse pacote, que faz uma reforma apenas nesses três setores, que muito trabalham aqui no Rio Grande do Sul e que estão

com seus quadros defasados, por irresponsabilidade de vários governos, que não fizeram as reposições, estarmos aceitando simplesmente que isso seja feito com quem? Com esses trabalhadores que entregam serviços melhores para os gaúchos e as gaúchas, que todos saiam da arquibancada e venham para arena para discutir isso, e não apenas esses servidores. A Sintergs tem nosso apoio.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, Sr. Zini, que representa aqui uma categoria que está bastante ameaçada por conta deste pacote do governador Eduardo Leite. Parabéns pela sua manifestação, trazendo a esta Casa Legislativa dados mais concretos a respeito da situação do nosso Estado. Por óbvio, a nossa bancada do PSOL – portanto, falo aqui em nome dos colegas Roberto Robaina e Karen Santos – está integralmente ao lado dos trabalhadores deste Estado. Nós sabemos que a matriz econômica do nosso Estado é calcada no setor primário e a Lei Kandir traz prejuízos históricos ao nosso Rio Grande do Sul. Sem a revogação dessa lei, infelizmente não sairemos do atoleiro, mas que sirva o exemplo do Chile ao Sr. Eduardo Leite, que, já que é para fazer sacrifícios em nome do seu país, cortou em 50% o salário dos políticos. Que o governador Eduardo Leite siga esse exemplo, cortando pela metade o seu salário, os dos seus secretários e de todos os seus CCs – é um bom primeiro passo. Aí podemos repensar em discutir como nós podemos contribuir para sair desta crise. Um grande abraço, parabéns pela sua exposição e pela luta dos colegas.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Cláudio Conceição está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR CLÁUDIO CONCEIÇÃO (DEM): Boa tarde, Presidente Mônica. Eu queria saudar o Luciano Zini, nós já estivemos, dias atrás, conversando, e a tua manifestação é mais do que oportuna. Inclusive, esta semana estivemos caminhando junto com os policiais, que estão na mesma luta, na mesma batalha pela dignidade, pelo resgate da valorização da história da carreira. Nós não podemos hoje nos calar. Mesmo o meu partido fazendo base do governo Leite, eu não posso ir na direção, porque eu sou funcionário público.

Político, vereador estou, mas policial eu sou, servidor público eu sou, e, desta forma, me coloco totalmente ao lado dos funcionários públicos para que esta batalha possa ter êxito ao final de tudo; o governo Leite possa retroceder, possa rever sua postura e possa valorizar aqueles que fazem a segurança pública no Estado. Que os

servidores, juntamente com aqueles que representam o Sintergs, possam ter exitosa luta nessa batalha durante esse tempo. Contém conosco, um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Paulinho Motorista está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR PAULINHO MOTORISTA (PSB): Boa tarde Presidente Mônica, Sr. Luciano e demais presentes. O pessoal está correndo atrás dessa situação e, com certeza, este pacote do governador não pode passar, Presidente Mônica. A gente sempre tem que pensar o lado do outro. Nós, aqui do Legislativo, sempre somos, na maioria das vezes, contra esse tipo de atitude, e não pode ser diferente no Estado. Eu tenho falado com professores, com o pessoal da Brigada, policiais civis, e é uma tristeza, o pessoal concursado, trabalhando, fazendo de tudo para que o País vá para frente. E agora vem um pacote e corta pela metade a vida do cidadão. Eu falo em meu nome e em nome do Ver. Aírto Ferronato, do PSB, meu parceiro, Sr. Luciano, e espero que esse pacote não passe ou até nem seja votado. Essa é a minha vontade, é o que vai ser mais importante para os cidadãos de Porto Alegre. Um grande abraço, e vamos tirar esse pacote aí, vamos fazer cair por terra esse pacote aí, porque esse pacote não está com nada.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Nobre Presidente, Ver.^a Mônica; saudando aqui o Luciano Zini, seja bem-vindo, e todos servidores públicos estaduais, municipais, enfim. Nós sabemos que o governo Eduardo Leite imprime a cartilha que o Marchezan também faz em Porto Alegre. Lamentavelmente, as isenções e os financiamentos do Refis... Por exemplo, o empresário da Havan tem uma dívida de R\$ 168 milhões, ele transferiu essa dívida para pagar em 115 anos. Existem aqueles governos que olham para os grandes e provocam a isenção, a não cobrança de impostos, e existem esses mesmos que têm uma política neoliberal que, infelizmente, tentam taxar o servidor público ou menor. E nesse aspecto nós percebemos que sobrou de novo para o servidor público. Infelizmente, muitos cidadãos, sejam de Porto Alegre ou do Estado do Rio Grande do Sul, acabam percebendo depois da eleição, porque não foram diferentes as promessas do Eduardo Leite com relação à educação, saúde e segurança, com relação ao Marchezan em Porto Alegre. Então, lamentavelmente, essa política nefasta de tirar conquistas históricas – conquistas históricas –, reduzindo salário, porque, em tese, o pacote do Eduardo Leite reduz salário. Há anos não dá correção salarial e, ao mesmo tempo, se o pacote passar, em vários anos, vai descontar dos

proventos as horas já ganhas como conquistas e acabará achacando o servidor público. Portanto, queria parabenizar a vinda, o trabalho de vocês e a mobilização de vocês. Nossa bancada, tanto do PT como do PSOL, na Assembleia são parceiras de luta, e tenho certeza de que esse pacote com adesão possivelmente de outras bancadas será derrotado na Assembleia, e é tudo o que nós queremos. Um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Presidente Mônica Leal, colegas vereadores e vereadoras, público em geral. Saúdo o Sr. Luciano Barros Zini. Prezados colegas, eu subo nesta tribuna para registrar o meu apoio aos servidores do Estado, que estão sendo atacados pelas reformas do funcionalismo. O governo do Estado tem a responsabilidade de dialogar com os servidores, amadurecer as propostas e criar meios para que os servidores sejam respeitados em suas atividades laborais. O pacote ataca os direitos de progredir na carreira pública e a aposentadoria de forma digna. Vale lembrar também que os servidores estão há cinco anos com salários parcelados e atrasados, sem reposição, e, todos os meses, muitos trabalhadores têm que pedir empréstimo para poder receberem o que é seu de direito pelo trabalho que fazem.

A crise econômica não é culpa de ser público. Nosso Estado está vivo graças ao empenho dos professores dos bombeiros, dos policiais, dos especialistas em saúde, dos servidores cultura, da agricultura e demais. Governador, o pacote precisa ser melhor discutido. Existem muitas medidas que precisam ser tomadas antes de mexer no bolso de quem menos ganha, como as isenções fiscais concedidas a grandes empresas. Ao contrário do que está sendo veiculado na mídia, não são apenas os professores que serão prejudicados com o pacote, mas todos os servidores públicos do Estado, esses que carregam o Rio Grande do Sul, serão prejudicados com essa medida. Ainda, os aposentados que já ganham um pouco sofreram perdas que impactaram diretamente em sua vida e em sua saúde. Por isso declaro meu apoio ao funcionalismo público, reforçando o coro pela retirada do pacote em votação, na Assembleia Legislativa, prevista para a próxima terça-feira, e por melhor discussão aos projetos de contenção dessa crise. Muito obrigado.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Boa tarde, Presidente Mônica; Sr. Luciano Barros, representante dos servidores públicos; vereadores, vereadoras e servidores que estão aqui assistindo a esta sessão. Ver. Adeli Sell, eu

estava debatendo, na esfera pública, com o Ver. Mauro Pinheiro, líder do governo, que é da REDE. Eu até disse para ele “Mauro Pinheiro, tu tens defendido muito o governo Marchezan”. Eu até espero que tu não vás para o PSDB, mas tu estás defendendo tudo o que o PSDB faz. Eu chamei a atenção dele, porque nós estamos no dia 12 de dezembro, perto do Natal, do Ano-Novo, e a gente vê o cenário do que se está votando aqui, na Câmara dos Vereadores, Ver. Bosco, e o que se está discutindo na Assembleia Legislativa. Nesse caso, eu acompanho muito pelos informes da deputada Luciana Genro, e a gente não consegue acompanhar, nos detalhes, tudo que se discute lá; mas, aqui na Câmara, nós conhecemos bem. E o caráter das medidas é exatamente o mesmo. O PSDB, quando governa, em pleno dezembro, o que eles promovem é insegurança, o que eles promovem é crise, são medidas recessivas. Parece que eles acordam e dormem pensando em como atacar o serviço público, nunca pensam em como fazer com que os mais ricos paguem pela crise que fizeram. Então, chegou o Mauro Pinheiro, não sei se vai para o PSDB, e o PSDB é assim, o PSDB tem como método atacar o serviço público. Aqui em Porto Alegre, talvez os servidores não estejam acompanhando, nós estamos fechando o ano e querem aprovar um projeto que extingue a categoria dos cobradores. Está aqui o pessoal dos rodoviários, que estão discutindo com os vereadores para evitar que os vereadores votem em essa barbaridade que é o projeto do Marchezan contra a categoria dos rodoviários. Tem um projeto que é para liquidar com o IMESF: demissão de agentes de endemias, agentes de saúde, técnicos em saúde bucal, médicos, enfermeiros – 1,8 mil pessoas! Só no final do ano, se vai adiante o pacote Marchezan, são 5 mil postos de trabalho que eles querem extinguir.

Nós sabemos que no serviço público estadual é a mesma coisa: é ataque aos servidores. Não aumentam a taxa sobre as grandes heranças, não cobram sonegadores – não cobram sonegadores! Só de sonegação são cerca de R\$ 8 bilhões. Não pagam os salários em dia... O Eduardo Leite eu acho que até é mais educado que o Marchezan, mas também pode usar aquele nariz de Pinóquio, porque ele, na campanha eleitoral, se elegeu dizendo que ia pagar em dia os salários e segue atrasando os salários dos servidores públicos, além de estarem há mais de cinco anos sem reajuste. E agora faz o pacote no qual tem aumento da previdência, faz um pacote no qual ataca a carreira de professores, ataca a carreira dos servidores públicos de modo geral, ataca a Brigada Militar, ataca a Polícia Civil. O pessoal que é rodoviário está se organizando e na segunda-feira eles vão se mobilizar. É muito provável que pare Porto Alegre! E é isso é isso que eles querem, Presidente Mônica. É um tipo de governo que, em pleno mês de dezembro, quando as pessoas estão se preparando para descansar um pouco, Natal, querem ter um pouco de tranquilidade com as suas famílias, manda os pacotes de final de ano. E aí a Câmara trabalha a todo vapor, a Assembleia trabalha a todo vapor só para votar projetos que são contrários aos interesses populares. Às vezes parece que político só trabalha quando é para atacar os interesses do povo. E nós não podemos aceitar essa lógica, Mauro Zacher! Nós temos que derrotar esse pacote do Marchezan em relação ao IMESF, em relação dos cobradores, assim como ser solidário aos servidores públicos do Estado, aos policiais civis, aos policiais militares...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): ...é a nossa obrigação, se nós realmente quisermos uma situação nova. Uma situação nova significa respeitar a população pobre, e é a população pobre quem mais utiliza os serviços públicos. Como esses políticos que governam para as elites, eles realmente não dão bola para o serviço público; se o serviço público ficar pior, não são eles, ou seus familiares ou amigos que serão atingidos, a não ser na segurança pública, no resto eles não precisam. Neste caso, especificamente, até os trabalhadores da segurança pública estão sendo atingidos. Eu espero que os servidores da Polícia Civil e da Polícia Militar comecem a refletir e daqui a pouco não aceitem mais ser bucha de canhão para defender essa gente quando eles precisam. (Palmas.) Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

VEREADOR MENDES RIBEIRO (MDB): O Vereador Márcio Bins Ely está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Presidente Luciano Barros Zini, nosso companheiro, demais servidores, cumprimentando a Presidente Mônica Leal, cumprimento os demais vereadores e vereadoras, público que nos assiste nas galerias e na TVCâmara. Como já havia sido usado o tempo de apartes pelo meu partido, o PDT, faço questão de proceder à leitura da moção porque entendo oportuna e importante e relevante o tema para que também os senhores tenham a compreensão daquilo que a gente entende que está acontecendo a partir da proposta do governador Eduardo Leite (Lê.): “MOÇÃO DE APOIO aos funcionários públicos estaduais que serão afetados negativamente pelo projeto de autoria do Poder Executivo Estadual, que propõe Reforma Estrutural e compreendem alterações no Plano de Carreira do Magistério Público, no Estatuto do Servidor e no Regime Próprio de Previdência Social do Estado (...) A categoria dos trabalhadores (as) em educação já amarga um intenso processo de empobrecimento. São cinco anos sem qualquer reposição salarial, acumulando perdas inflacionárias superiores a um 1/3 do poder aquisitivo desde novembro de 2014. A quarta maior economia do Brasil paga a quem é responsável por educar seus filhos o segundo pior salário-base do País. A defasagem em relação ao piso nacional do magistério chega a escandalosos 102%. Além do congelamento, seus salários são quitados com atraso e/ou parcelamento há 47 meses. Distante deste cenário, e de um grave quadro de adoecimento e elevação do índice de suicídios entre educadores, o governo propõe uma série de medidas que, em última instância, vão aprofundar o arrocho salarial, congelar proventos por anos a fio, retirar direitos e confiscar o dinheiro dos aposentados que ganham menos taxando a Previdência; se aprovadas as alterações do Plano de Carreira do magistério, quem pagará o piso do Rio

Grande do Sul será o próprio Professor. Teremos, em nosso Estado, um caso único em sua infâmia. Isso porque o governo pretende apenas reorganizar os gastos atuais com a folha sem conceder qualquer reajuste. As atuais vantagens serão integradas ao básico para mascarar o pagamento do piso e o valor excedente será transformado em 'parcela autônoma'. Eventuais ajustes futuros do básico serão descontados da parcela autônoma, condenando grandes seguimentos da categoria ao congelamento de seus contracheques até que toda a parcela seja integrada ao básico. Isso é um absurdo! Cabe uma parte para denunciar o quão ultrajante é a disposição do Estado em cobrar alíquotas previdenciárias de aposentados que recebem pouco mais de um salário mínimo. É inaceitável que recaia nos ombros o governo pretende apenas e organizar os gastos atuais com a folha sem considerar qualquer reajuste as atuais vantagens serão Integradas ao básico para mascarar o pagamento do piso e o valor excedente transformado em parcela autônoma eventuais ajustes futuros do básico serão descontados da parcela autônoma condenando grandes segmentos de categorias servidores ao congelamento seus contracheques até aqui toda a parcela seja integrada ao básico Isso é um absurdo, cabe uma parte para denunciar o com outra a gente é a disposição do estado em que o líquido previdenciária de aposentados que recebem pouco mais de um salário mínimo é inaceitável que recaia nos ombros de que recebe os menores salários, as pensões, a conta da má gestão das desonerações fiscais milionárias, da sonegações de grandes empresas e dos privilégios dos altos salários. Tais projetos levarão, inevitavelmente, à queda de qualidade do ensino, da qualidade de vida prestado nas escolas da rede estadual dos nossos municípios. Também há de se considerar os efeitos de aprofundamento do arrocho salarial da economia local e na subsistência das famílias de professores funcionários de escolas que escolheram a nossa querida Porto Alegre para trabalhar, viver e sonhar, o Estado do Rio Grande do Sul. A estagnação de proventos já defasados, o achatamento do plano, o fim das vantagens temporais, a redução de gratificações, o que poderá fechamento de escolas em comunidades carentes. A de difícil acesso, por exemplo, e o término das incorporações farão da carreira dos educadores um deserto de Recursos Humanos. Ninguém mais vai se interessar em fazer concurso para professor"! Então eu poderia seguir lendo aqui a nossa Moção apenas para elucidar, mas ali já se vão os meus cinco minutos, Zini, e eu quero pedir desculpas, porque você fez contato comigo, mas eu não estava aqui para fazer a assinatura, eu estava em Brasília, mas quero reafirmar nosso compromisso, e o faço desta tribuna, em tempo de liderança do nosso partido, o PDT, reafirmando aqui, através do que está escrito na moção, aquilo que norteia os nossos princípios e o nosso entendimento a respeito da importância do servidor para a sociedade gaúcha, para o nosso Estado, especialmente na relevância e da observação do que diz respeito aos educadores na formação das nossas crianças e adolescentes. Então são essas as nossas considerações; pela atenção, muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Agradecemos a presença do Sr. Luciano Barros Zini. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h06min.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP) – às 15h08min: Estão reabertos os trabalhos. Solicito às lideranças que se aproximem da Mesa. (Pausa.)

Esta presidência faz um requerimento solicitando a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Pauta. Após retornaremos à ordem normal. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 1256/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 114/18, de autoria da Ver^a Lourdes Sprenger, que declara de utilidade pública a Fundação Bichoterapia.

PROC. Nº 0426/19 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 194/19, de autoria da Ver^a Cláudia Araújo, que institui o Centro de Referência para Cães-Guia (CRCG) no Município de Porto Alegre.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Não há inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta.

O Ver. Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Vereadora Mônica, colegas vereadores e vereadoras; a bancada do Partido dos Trabalhadores, anteriormente, já fez a sua colocação, a sua posição, em apoio a vossa greve, a greve dos servidores públicos estaduais. É uma greve legítima contra um pacote ilegítimo; portanto, as senhoras e os senhores podem sair hoje daqui com a confiança de que a nossa militância, os nossos parlamentares em nível local, e eu tenho convicção de que a Assembleia Legislativa do Estado assim como a bancada federal estão unidas nesta mesma visão que temos. Temos aqui, em Porto Alegre, o próprio Ver. Roberto Robaina colocou antes, todo embate que nós tivemos esta semana na defesa, por exemplo, dos cobradores e a defesa que a gente tem feito do serviço público de qualidade e dos servidores que são fundamentais para a vida numa sociedade democrática e de dignidade para as pessoas.

Dito isso, eu brinquei antes com as lideranças do governo, eu gostaria de saber, não que seja proibido o governo municipal fazer um convescote, fazer um

seminário de governo, etc. e tal; agora, isso tem custos, nós gostaríamos de saber como será o convescote ou o seminário. E já vou dizendo que estamos de olho (Palmas.), porque esse governo diz que não tem dinheiro e, ontem, foi aprovado aqui o empréstimo para pagar o 13º salário, empréstimo do governo. Já não basta que o governo gastou uma babilônia de dinheiro em publicidade tanto assim que tem um jornalista de uma empresa...Já denunciei aqui, é uma vergonha, a imprensa não tem coragem de fazer uma enquete, manda um jornalista botar no Twitter para saber a posição das pessoas sobre um projeto de lei onde não explica o que é o projeto de lei! Mas que País é esse, que imprensa é essa? Mas isso é uma indecência! Provavelmente, esse jornalista jamais vai me convidar para algum debate, mas eu não quero saber, eu não quero saber! Eu não dependo de mídia dessa gente, eu tenho contato com o povo! Eu caminho pela cidade, eu caminho nos bairros! (Palmas.)

Não vai ser essa imprensa que vai...E levou chumbo, que ele perdeu a enquete! Ele fez tudo para que as pessoas fossem a erro. “Ah, temos que limpar a cidade, temos que fazer isso, fazer aquilo”, Ver.^a Mônica, mas ele perdeu a enquete. Foi bom, levou na fuça. Essa gente não respeita a população. Põe uma enquete no Twitter sem explicar o que é o projeto de lei. Aqui eles não estão, mas eles publicam vídeos em que fazem cortes e publicam como se verdade fossem, assim eles tratam o servidor público. Se as senhoras e os senhores pisarem num arbusto na Praça da Matriz é um escândalo, mas a Prefeitura não cuida de árvore, não cuida de arbusto, não cuida de animais e não cuida das pessoas! É isso que tem que nos indignar, não ter respeito. Por isso que nós estamos aqui nesta tribuna. Há muitos anos, num famigerado 31 de janeiro, por causa do discurso que deu desta tribuna mostrando o que era o regime militar, a falta de democracia e tudo o que acontecia neste País, cassaram os direitos políticos de Glênio Peres; depois, de Marcos Klassmann. Agora as nuvens, os momentos sombrios estão por aí, mas ainda bem que tem luzes no horizonte da esfera Terra. Ontem, Greta Thunberg foi eleita a personalidade do ano, aquela pirralha! E tem muita gente que tem medo dessa pirralha, como tem medo da juventude, por isso ataca a educação pública de qualidade. Mas nós resistiremos, nós estamos com o serviço público de qualidade, nós estamos com o povo, nós estamos na rua, seja no Parlamento, seja onde for. Não vão nos derrotar! Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Boa tarde, Ver.^a Mônica, presidindo os trabalhos; colegas, galerias, os que nos acompanham pela TVCâmara; eu gostaria de pedir ajuda do pessoal da área técnica, para pontuar algo importante que aconteceu agora, no dia 9 de dezembro, aqui na capital, e que dá luz a um assunto muito importante. É um decreto, Ver. Ricardo Gomes, simples, mas muito significativo para o desenvolvimento da cidade. No dia 09 de dezembro, por meio de um decreto, haverá

uma novidade nas licenças ambientais, que serão prorrogadas as já existentes, sem a necessidade de um novo processo de análise técnica. Atualmente, o empreendedor ainda está sujeito a uma nova análise, mesmo aquele que já tem a análise técnica, tanto em LI como em LP, burocratizando e tirando um tempo precioso dos empreendedores. Então, a partir desse decreto, teremos a simplificação das licenças, e a SMAS fará a renovação; basta que o empreendedor encaminhe esse requerimento 30 dias antes de vencer as suas licenças. Quero pontuar este fato, que é importante para quem trata das novas técnicas de gestão para a desburocratização da área do empreendedorismo.

Outro assunto que trago, é que nós tivemos em Brasília uma importante votação, na Câmara, que aprovou o texto-base dos projetos de PPPs em saneamento. Segundo os dados, 50% é o percentual de esgoto não tratado, em média, no Estado do Rio Sul. Então, são bilhões - esses são dados do levantamento feito até 2018 -, e o importante é que nós, aqui, vereadoras e vereadores, saibamos que nas metas dessa aprovação – e temos metas audaciosas – está que os contratos atuais e novos tenham que definir planos para atingir coberturas de 99% de esgoto tratado e água potável, e 90% em coleta de tratamento de esgoto, até 2033. É importante o reconhecimento dessa causa, que é de todos nós, da população, porque a gente tem uma pecha muito ruim, aqui, Ver. Oliboni, de que político não investe em tratamento, em saneamento, porque os canos ficam em baixo da terra. Mas isso é questão de saúde, é questão de desenvolvimento, e também de educação ambiental. Então, é um importante estarmos atentos. Isso foi aprovado no Congresso, e aí, talvez, consigamos buscar, através de concessões e parcerias, combater esse alto índice de falta de tratamento de esgoto aqui em Porto Alegre e no Rio Grande do Sul. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Não havendo mais inscritos para o tempo de Comunicação de Líder, estão encerrados os trabalhos da presente sessão, conforme acordo com líderes.

(Encerra-se a sessão às 15h21min.)

* * * * *